

Entrevista: Ana Cláudia Fernandes Ferreira

Por José Edicarlos de Aquino*

Agregando uma extensa e movimentada rede de pesquisadores espalhados pelos mais diversos estabelecimentos de pesquisa e ensino no Brasil e no mundo, a História das Ideias Linguísticas vem, há pelo menos meio século, se dedicando a compreender as condições e a diversidade de formas da produção e circulação de conhecimento sobre a linguagem e as línguas. Na presente entrevista, Ana Cláudia Fernandes Ferreira fala sobre suas contribuições nessa área e do seu percurso formativo nesse campo do conhecimento, no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas.

Ana Cláudia Fernandes Ferreira é docente do DL/IEL da Unicamp. Em suas pesquisas em História das Ideias Linguísticas, vem indagando sobre a questão da construção cotidiana do saber, considerando as relações entre constituição, formulação e circulação dos saberes linguísticos, em suas divisões e hierarquizações, e com destaque para o funcionamento dos saberes linguísticos cotidianos sobre a(s) língua(s) do/no Brasil.

* Universidade Federal do Tocantins. Docente do curso de graduação e pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pela Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7163-4532>.

José Edicarlos de Aquino: Olá, Ana!

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: Oi, Edi!

José Edicarlos de Aquino: Para começar, você poderia contar que caminhos percorreu para se tornar a pesquisadora que você é hoje?

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: Acho que um caminho fundamental foi, sem dúvida, o da curiosidade, que eu tinha desde a minha infância. Algo que me marcou muito foi a série *Cosmos*, uma série maravilhosa de divulgação científica da década de 1980, que passava na TV nos finais de semana, e que era apresentada pelo astrofísico Carl Sagan. Também gostava demais dos filmes do Indiana Jones e de outros filmes de aventura, como um que tinha o Sherlock Holmes, mas de que não me lembro o nome mais, e vários outros com estilo semelhante. Essa foi, talvez, uma das razões pelas quais acabei associando ciência a aventura. Até hoje, quando “descubro” algo, tenho um sentimento de aventura de como se eu estivesse em um filme. Esse sentimento hoje tomou uma forma dentro dos estudos da linguagem. Ela é bem sintetizada ao final da tese de Carlos Vogt, num momento em que ele diz, de seu trabalho: “Aventura de um sentimento diante e dentro da linguagem, de cuja história eu sou também personagem”. Ler isso na tese dele foi um encontro e ao mesmo tempo a abertura para pensar a escrita acadêmica de uma maneira mais poética.

Ainda no caminho da curiosidade, desde pequena, eu gostava de ler e ouvir histórias. Lia livros, não muitos, mas lia. Muitas dessas leituras me faziam imaginar como era viver em

outra época, antes da época em que eu vivia. Quando a família se reunia, eu gostava de ficar ouvindo as histórias dos parentes, de como era a vida deles antes e de como as coisas mudaram. Depois, quando prestei meu segundo vestibular, o de 1999, havia três opções de curso: eu pude escolher Linguística como primeira opção e História como segunda. Passei na primeira opção e entrei no Bacharelado em Linguística. É curioso, porque, logo depois, fui me interessar pela História das Ideias Linguísticas. A gente sempre acha um fio que nos conduz do passado ao presente a partir do presente, né? No meio desses caminhos, houve vários descaminhos também. Não passei no meu primeiro vestibular para Artes Cênicas, desisti de estudar e fui trabalhar, e depois voltei, por insistência da minha mãe. Devo muito à minha mãe o retorno aos estudos.

Quando comecei a cursar Linguística, entendi que era preciso escrever como uma cientista. *Mas como fazer isso?* Lembro que levei um ano e meio para escrever um projeto de iniciação científica. Depois ficou mais fácil, mas foi uma experiência totalmente nova para mim, em que precisei dominar um tipo específico de leitura e escrita. Às vezes conto isso para os meus alunos e falo que eu morria de sono no começo dessas leituras, pois ainda não estava acostumada a ler textos científicos. A questão mais que centenária de que fala Pêcheux — “aprender a ler e a escrever” — não é tão simples como se pensa e nem tão complexa como se imagina. É preciso uma *experiência discursiva* — termo de Eni Orlandi — para que ler e escrever faça sentido. E, para que ler e escrever textos científicos fizesse sentido, outras experiências discursivas foram necessárias.

E sempre fui muito teimosa também. Por exemplo: quando estava no mestrado, precisei saber quando a expressão *semântica*

argumentativa, que estava presente na tese de Carlos Vogt, de 1974, se tornou nome de um domínio teórico e quando se tornou nome de disciplina institucionalizada em um curso, como o curso de pós-graduação em Linguística da Unicamp. Revirei as bibliotecas da Unicamp em busca de catálogos antigos, mas ficou faltando justamente o catálogo de 1975. Depois, numa das vezes em que fazia minhas pesquisas sobre a história da semântica no curso de Linguística no Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp — Siarq, comentei sobre isso com uma das arquivistas. Foi aí que ela me contou que o Siarq conservou algumas caixas com boletins de nota e frequência fora do arquivo previamente organizado. Fiquei com os olhos brilhando e pedi para olhar as caixas. O que (não) é o arquivo, não é? Como ler e escrever o arquivo? Numa das várias caixas estava um boletim de nota e frequência da disciplina Semântica Argumentativa, ministrada em 1975 pelo prof. Carlos Vogt. Bom, com isso, não apenas pude “descobrir” que a expressão *semântica argumentativa* se tornou nome de disciplina na Unicamp em 1975, como também pude bisbilhotar as notas dos meus professores!

Acho que pude, aos poucos, aliar a minha curiosidade, enquanto sentimento de aventura diante e dentro da linguagem, às exigências do fazer científico da área, e isso me ajudou a ser a pesquisadora que sou hoje.

José Edicarlos de Aquino: Você poderia falar sobre a sua experiência enquanto docente no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, que, além do seu local de trabalho, também foi a instituição onde você se formou, bem como tema da sua tese de doutorado?

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: É muito louco falar disso porque essa história também remonta a minha infância. Eu brinquei na Unicamp quando criança, trabalhei na Unicamp quando jovem, depois me formei na Unicamp e, anos depois, pude retornar à Unicamp como docente. É como na canção¹: “Eu vim de lá eu vim de lá pequenininho, mas eu vim de lá pequenininho, alguém me avisou pra pisar nesse chão devagarinho...”. Embora a canção capte mais a beleza de uma história, ela me toca muito. Vou ter que contar essa história do comecinho também, mas chego lá!

Meus pais se mudaram para Barão Geraldo com a expectativa de que eu e meus irmãos entrássemos na Unicamp. Mas, conforme a gente foi crescendo, a gente foi vendo a Unicamp como algo muito distante e inatingível. Tanto pela relação conflituosa e contraditória que o meu pai tinha com instituições como a Igreja e a Escola, como pelo fato de que a Unicamp significava como um lugar em que só pessoas muito inteligentes e estudiosas entravam. E eu não me via como muito inteligente e nem como muito estudiosa. Mas eu ia brincar na Unicamp quando era pequena e, de alguma maneira, brincando, sonhava que algum dia meu futuro poderia ser na Unicamp.

Em 1992, quando eu já tinha desistido de estudar por não ter passado no meu primeiro vestibular, meu pai comprou o ponto da cantina do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas — IFCH e eu passei a trabalhar na cantina com ele, com minha mãe e meus irmãos. Não era o que eu sonhava, eu queria estar do outro lado do balcão, mas foi uma experiência importante de todo modo, que me fez compreender, pelo contato com os

¹ Referência à canção “Alguém me avisou”, de Dona Ivone Lara.

fregueses, que eram professores, funcionários e alunos, que a Unicamp não era tão inalcançável assim, e que as pessoas da comunidade universitária não eram tão diferentes de nós.

Depois, quando comecei a fazer o Bacharelado em Linguística, inicialmente me interessei pela sociolinguística e pela semântica. Ao final do primeiro ano, procurei o prof. Eduardo Guimarães e falei com ele sobre o meu interesse a respeito da questão dos sentidos das palavras na semântica. Pedi a ele um tema para um projeto de iniciação científica porque eu não sabia como começar. Ele sugeriu dois temas: um ligado a nomes de estabelecimentos comerciais e outro sobre os estudos da significação no Brasil. Eu vim do comércio, mas não queria saber de comércio, então escolhi o tema dos estudos da significação no Brasil. Esse segundo tema estava inscrito no Programa História das Ideias Linguísticas, que, aos poucos, fui conhecendo mais de perto em razão dos vários eventos produzidos na área naquele momento no IEL.

Com o tema geral em mãos, penei muito para delimitar o objeto da minha pesquisa e escrever um projeto de iniciação científica. A ideia inicial era investigar o que foi produzido no âmbito dos estudos da significação na Unicamp, na USP e na Unesp nas décadas de 1970 e 1980. Mas logo tive que delimitar mais a pesquisa porque o acesso à biblioteca virtual da Unesp era inexistente naquele momento. Mas fiz um bom trabalho de arquivo sobre os estudos da significação na Unicamp e na USP, o que me fez “descobrir” que o nome de um domínio de estudos pode significar de maneiras muito diferentes em distintas instituições. Não foi uma descoberta científica para o mundo, mas foi uma descoberta gigante para mim. Fazer essa pesquisa mudou o modo como eu via o processo de produção de conhecimento.

Ao final da pesquisa de iniciação científica, consegui uma bolsa da Fapesp. Com a bolsa, eu ganhava três vezes menos do que com os bolos que eu fazia para vender na cantina dos meus pais (deixei de trabalhar na cantina, mas fazia e vendia bolos para custear meus livros). Naquele momento, a expectativa de um futuro no meio acadêmico era muito grande e eu decidi parar de fazer bolo para ficar com a bolsa. E, com o olhar no futuro, esbocei o título de um projeto de mestrado: *O pensamento de Oswald Ducrot no Brasil nas décadas de 1970 e 1980*.

Levei o título para o prof. Eduardo e disse a ele que, caso passasse no mestrado, ele não poderia me orientar, pois meu objeto de estudo seria a produção de Oswald Ducrot ao lado da de dois autores: Carlos Vogt e ele. O prof. Eduardo disse que achou interessante, mas fez um comentário sobre o nome *semântica argumentativa* que me deixou intrigada. Como quem não quer nada, ele comentou que se eu procurasse o nome *semântica argumentativa* no texto “As escalas argumentativas” de Anscombe e Ducrot, de 1973, eu não encontraria esse nome lá. Eu já estava acostumada com os comentários *en passant* do Eduardo, e entendi que precisava investigar algo que ele sabia, mas que achou melhor não me dizer para fazer com que eu mesma descobrisse.

Lá fui eu fazer um “OCR manual”, palavra por palavra, linha a linha (tempos outros...), no “As escalas argumentativas” para conferir que, de fato, o nome *semântica argumentativa* não estava lá. Se não estava lá, onde estava? Encontrei! Numa das últimas reuniões com o Eduardo, fui toda contente levar a “descoberta” de que a expressão *semântica argumentativa* estava presente na tese do Carlos Vogt, *O intervalo semântico: contribuição para uma teoria semântica argumentativa*, de

1974, além de também levar o novo título do meu projeto de mestrado: *A semântica argumentativa no Brasil nas décadas de 1970 e 1980*. O novo título também não era lá essas coisas, mas produzia um efeito bem diferente quanto lembramos que aqui se produz conhecimento.

O projeto foi aprovado e pude começar a pesquisa de mestrado com uma bolsa da Fapesp e sob orientação da Claudia Pfeiffer, que havia acabado de obter o seu credenciamento como professora da pós em Linguística no IEL/Unicamp. Fui a primeira orientanda da Claudia! Durante o mestrado, para fazer uma história da semântica argumentativa, comecei a pesquisar sobre essa disciplina nos cursos de linguística na Unicamp a partir dos documentos de arquivo conservados no Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. E então me deparei com um monte de documentos sobre a história da linguística que me fizeram querer estudar essa história observando como o nome *linguística* significava ao lado de outros nomes dos estudos da linguagem nesses documentos institucionais. O que me levou a um projeto de doutorado com esse tema, que também foi aprovado e contou com bolsas do CNPq, da Fapesp e do acordo Capes/Cofecub, este último pelo projeto História das Ideias Linguísticas: o controle político da representação.

Mas, já no mestrado, comecei a nutrir a expectativa de que pudesse haver um concurso no IEL/Unicamp em História das Ideias Linguísticas, pois, embora vários docentes do IEL atuassem na área, não havia um docente concursado na área. No entanto, depois que eu terminei o doutorado, tive que enfrentar a realidade de sair da Unicamp e de talvez não mais voltar. Defendi a tese em fevereiro de 2009 e, depois, tudo era uma incógnita: eu precisava me abrir para outros mundos. Quais? Trabalhei na Unimep no segundo semestre de 2009 e na Univás de 2010 a 2016.

Em 2015, o tão esperado concurso em História das Ideias Linguísticas foi aberto e as provas aconteceram em abril de 2016. Passei e pude escolher tomar posse no dia 5 de outubro de 2016, que é o dia do meu aniversário, do aniversário da Unicamp e do aniversário da nossa constituição cidadã. Seria uma coincidência incrível e emocionante para mim.

Mas, para o dia da posse, esperava algum papel novo para assinar e me dei conta que já tinha assinado tudo antes. Cheguei ao IEL e não tinha nada para assinar, não tinha sala para ficar, não tinha recepção de ninguém, não tinha aula para ministrar, não tinha orientandos. Eu estava ali, mas sem lugar. E demorou um pouco para eu encontrar um lugar para mim no IEL como docente. Mesmo depois, com sala, computador, impressora, mesa, cadeira, orientandos e muito trabalho para fazer, levou um tempo para que eu entendesse que eu realmente estava ali. O tamanho da responsabilidade era muito grande, parecia muito maior do que o meu tamanho. Mas, como dizia Alberto Caieiro, *“Porque eu sou do tamanho do que vejo, e não do tamanho da minha altura...”*. Então tive que aprender a ver o IEL e me ver nele com outros olhos.

Aos poucos, pude ir tornando a experiência de descobrir o mundo da História das Ideias Linguísticas no IEL em uma experiência de fazer ele ser descoberto pelos meus alunos e orientandos. Hoje sou responsável pelo oferecimento de disciplinas na área na graduação e na pós, e é uma grande realização quando olho para os alunos, noto que eles estão fazendo as suas “descobertas” e posso conduzi-los aos caminhos de seus interesses, seja dentro ou fora da História das Ideias Linguísticas.

José Edicarlos de Aquino: Em 2018, você escreveu um artigo para a revista *Fragmentum* intitulado “A ANÁLISE DE DISCURSO E A CONSTITUIÇÃO DE UMA HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS DO BRASIL”. Que lugar é esse do atravessamento da AD com a HIL? A seu ver, por que ele é produtivo? É preciso que se lute por ele, para parafrasear pela milésima vez a frase de Milan Kundera retomada por Gadet e Pêcheux, quando falam da metáfora?

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: É um lugar bastante produtivo, que já existe, já está aí. Acho importante lutar por ele no sentido de que esse atravessamento já é um lugar. No meu caso, sempre falo a partir da História das Ideias Linguísticas discursivamente, é impossível, para mim, falar de outro modo. E isso tem a ver com o percurso de formação que tive, podendo acompanhar trabalhos de docentes e pesquisadores de análise de discurso que estavam fazendo história das ideias linguísticas. Eu não me vejo como analista de discurso fazendo história das ideias linguísticas, mas como quem faz história das ideias linguísticas de uma perspectiva discursiva. Comecei fazendo história das ideias linguística desde sempre, e a análise de discurso, mas também a semântica da enunciação, são fundamentais para minhas pesquisas em HIL.

Meu modo de lutar para esse atravessamento é fazer o que eu venho fazendo, ao lado de outros colegas que fazem coisas semelhantes, não necessariamente do mesmo modo que eu, mas que, de diferentes modos, são atravessados pela análise de discurso. Mas, ao falar desse lugar particular, também considero que é fundamental observar que o atravessamento da AD com a HIL não é necessário no sentido de que não seria possível fazer HIL de outras maneiras.

Para mim, esse atravessamento da AD com a HIL é muito produtivo no sentido de que buscamos compreender como a construção dos saberes linguísticos é necessariamente uma construção discursiva. Ao investigar os processos pelos quais essas construções se dão, conseguimos compreender como a história e a ideologia fazem parte delas incontornavelmente. Nesse sentido, o conhecimento, enquanto uma realidade histórica, é uma realidade ideológica, é discurso. Só é conhecimento porque é discurso, porque significa.

Então isso é um modo específico de olhar para a história dos saberes linguísticos, que não desconsidera a importância da relação entre a técnica e a competência linguística, por exemplo, mas coloca no centro a questão da significação, o que faz pensar que a relação entre técnica e competência linguística só se dá enquanto uma relação que significa na história. Se não significasse, se não fizesse sentido, essa relação não se daria. Assim, quando Auroux pergunta por que a gramatização massiva das línguas do mundo aconteceu tardiamente quando havia meios para que ela acontecesse bem antes, ele responde que era por falta de interesse. Podemos concordar com ele, e eu concordo, mas já a partir de uma compreensão discursiva. Eu diria que é porque não fazia sentido discursivamente naquelas condições de produção dos discursos sobre a(s) língua(s). As *políticas de sentidos das línguas* — trazendo aqui a formulação de Bethania Mariani — eram outras.

José Edicarlos de Aquino: Você poderia nos falar sobre a institucionalização da História das Ideias Linguísticas no Brasil? A seu ver, qual seria o estado da arte desse campo do conhecimento no nosso país e qual seria o lugar e a especificidade das pesquisas brasileiras no cenário internacional?

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: A História das Ideias Linguísticas no Brasil, assim como qualquer campo, funciona sob um efeito de unidade, mas é um campo muito heterogêneo e amplo. Não sei se é possível dizer qual seria o estado da arte desse campo.

Acho que a articulação com a análise do discurso e com a semântica da enunciação, do modo ela como aconteceu no espaço brasileiro, dá certa especificidade às pesquisas que desenvolvemos aqui. Mas, para além dessa articulação, há variados interesses temáticos que também contribuem para essa especificidade.

Sem a menor pretensão de ser exaustiva, arrisco dizer que há temas muito caros a nós porque dizem respeito à nossa história de colonização e de descolonização. Penso que os projetos Capes/Cofecub de HIL foram norteadores nesse sentido. Um desses temas, que vem ganhando muitas dimensões de reflexão atualmente, é a questão de como se faz a história do português brasileiro em relação às línguas indígenas e às línguas africanas. Também há muitas pesquisas voltadas à questão do ensino de língua portuguesa considerando os efeitos de sobreposição e/ou equivalência entre língua oficial, língua nacional e língua materna produzidos na nossa história.

Um outro exemplo de pesquisas na área que teve um desdobramento muito produtivo no espaço brasileiro é o da análise e o da produção de dicionários. No meio disso, há ainda temas que não dizem respeito necessariamente ao espaço brasileiro. É o caso, por exemplo, de pesquisas recentes que envolvem a questão da terceira revolução tecnolinguística.

Então acho que podemos falar de tudo o que considerarmos interessante para a história das ideias linguísticas,

independentemente de ser algo “do” ou “no” Brasil. É isso, no meu entender, que coloca o Brasil no cenário internacional: falar de questões que lhe são “próprias” ao lado de outras questões que não são necessariamente “suas”.

José Edicarlos de Aquino: Naquele artigo de 2008 na *Fragmentum*, ao mapear os temas e questões em História das ideias Linguísticas desenvolvidos em uma perspectiva discursiva no Brasil, você afirma que as pesquisas brasileiras nessa área “vêm contribuindo de maneira forte para o processo de *descolonização linguística e descolonização científica*”. O que você quer dizer com isso exatamente?

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: Gosto de pensar que há muitas maneiras de olhar para o processo de descolonização linguística e descolonização científica a partir da HIL. Um primeiro exemplo desse processo é o da *gramatização brasileira do português*, de que tratam Eni Orlandi e Eduardo Guimarães. É um processo de endogramatização do português brasileiro (ou da língua brasileira) propiciado pelo modelo português e pela exogramatização das línguas indígenas e das línguas dos povos africanos que vieram escravizados para o Brasil. Um processo de instrumentação linguística realizado a partir do século XIX por autores brasileiros, no jogo tenso e contraditório entre o que seria o modelo português e o que seria o específico do Brasil.

Também acho fundamental um texto do Eduardo Guimarães chamado “Política de línguas na América Latina”, em que ele fala da importância de considerar o português e o espanhol como línguas não só nacionais pelo espaço do Mercosul e de como, para que isso se consolide, é necessário produzir uma instrumentação

linguística que dê mais visibilidade a essas línguas, que também são línguas de ciência. Este é, a meu ver, um sentido forte para *internacionalização*.

Na HIL, além de nos voltarmos para as histórias das histórias das línguas, também podemos nos voltar para as histórias das histórias da linguística e compreender como vários autores brasileiros têm se dedicado, há tempos, a construir um espaço de reflexão que mostra como aqui se faz ciência. O texto “Ir ao congresso: fazer história das ideias linguísticas?”, de Eni Orlandi², mostra um pouco disso em sua análise sobre um relato de Mattoso Câmara a respeito dos congressos internacionais de linguística. Orlandi mostra, nesse texto, como Mattoso dava importância para o que se fazia no espaço brasileiro como produção intelectual. Falei um pouco disso naquele ensaio “Conversas em Tocantins”, do seu livro *Seis ensaios em história das ideias linguísticas*.

Uma língua gramatizada, como o português brasileiro, pôde se tornar uma língua de ciência no mesmo momento em que a endogramatização brasileira do português se deu. E isso fez com que, desde aquele momento, precisássemos produzir terminologias nessa língua, sobre essa língua.

Eu vejo a história das ideias linguísticas como uma área que permite questionar, de maneira muito forte e produtiva, a hegemonia de determinadas línguas e de determinadas história das línguas. É nesse sentido que eu entendo que ela vem contribuindo para o processo de descolonização linguística e de descolonização científica.

2 Orlandi, Eni. (2002). Ir ao congresso: fazer a história das ideias linguísticas? Em: Eni Orlandi; Eduardo Guimarães (orgs.). (2002). *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das ideias linguísticas*. Campinas: Pontes.

José Edicarlos de Aquino: Uma questão sempre confrontada ao longo de sua obra é a do nome, sobretudo o nome dos estudos sobre a língua e principalmente o nome linguística. Como você entende a questão da nomeação ao abraçar e tentar compreender os nomes dos estudos da linguagem?

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: Acho que fiquei obcecada com a questão dos nomes dos estudos da linguagem desde minhas primeiras pesquisas de iniciação científica. Quando notei, por exemplo, que o curso de Linguística da USP e o curso de Linguística da Unicamp continham disciplinas muito diferentes, compreendi que o saber científico produzido nas instituições é algo muito amplo e incompleto, necessariamente, o que depois me levou a compreender que o saber não é conteúdo.

Já em minha dissertação de mestrado, essa questão do nome teve um desdobramento interessante quando formulei sobre os efeitos de unidade e de recobrimento produzidos pelo nome do campo teórico.

A nomeação produz um efeito de que o campo é uno. Mas, quando vamos analisando as diversas produções de autores diferentes do “mesmo” campo, nomeado de *semântica argumentativa*, por exemplo, podemos notar que essa unidade não existe. E ela não existe nem mesmo no conjunto das obras de um mesmo autor, pois a teorização no campo está sempre em movimento.

Quanto ao efeito de recobrimento, neste campo “uno”, ele se dá a partir da referência a textos que não contêm determinado nome do campo, mas que são designados por esse nome. Um exemplo é o funcionamento do nome *semântica argumentativa* para fazer referência a várias produções de Oswald Ducrot, de

Carlos Vogt e de Eduardo Guimarães que são nomeadas por eles de outros modos.

Indo para as reflexões da tese, meu olhar se voltou para o nome *linguística* considerando o modo como ele se institucionalizou na Unicamp. Foi interessante analisar as tensões entre o campo teórico e a disciplinarização. Se, teoricamente, algumas áreas eram consideradas como articuladas à linguística estando fora dela, disciplinarmente, elas podiam significar como áreas *da linguística*.

Produzimos determinados conhecimentos linguísticos no âmbito das instituições do saber que vão disciplinarizando esses conhecimentos e dando-lhes determinadas formas. No caso do nome *linguística*, a institucionalização desse campo teórico pela disciplinarização pode ser muito heterogênea. Acho que o mesmo deve ocorrer com outros nomes de áreas da ciência.

Mas aqui é interessante notar que o mesmo não aconteceu, por exemplo, quando foi preciso disciplinarizar a língua portuguesa na escola. Nesse caso, a disciplinarização teve um funcionamento muito controlado porque a língua nacional se tornou uma questão de Estado em nossa sociedade e a língua portuguesa se tornou essa língua de Estado.

José Edicarlos de Aquino: Na sua tese, que depois virou o livro *Uma História Da Linguística: entre os nomes dos estudos da linguagem*, você se debruça sobre duas formulações que, segundo sua análise, “significaram imaginariamente como referência e como lugar de origem do dizer na constituição da linguística” no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. As formulações são: “A linguística é a ciência da linguagem e A linguística é a ciência-piloto das ciências humanas.” Esses continuam sendo sentidos estabilizados sobre a linguística na contemporaneidade?

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: Acredito que a formulação *A linguística é a ciência piloto das ciências humanas* parece não fazer mais muito sentido hoje, a não ser enquanto caracterização de um passado da linguística, que hoje é pouco ou menos conhecido, mesmo no IEL da Unicamp. Já a formulação *A linguística é a ciência da linguagem* continua, sim, significando imaginariamente como referência e lugar de origem do dizer da constituição da linguística na contemporaneidade, e não apenas no IEL da Unicamp.

Então eu acho que a minha tese/meu livro é uma contribuição para pensar a história de uma área que teve certos delineamentos e que hoje continua — e não continua — significando do mesmo modo. O que ainda se mantém, no meu entender, é o argumento da cientificidade. O que ficou no passado é esse argumento em relação às ciências humanas.

Hoje a linguística pode dizer que (não) é ciência a partir de outras maneiras, para além do argumento da cientificidade e isso inclui também dar outros sentidos àquilo que chamamos de ciência.

José Edicarlos de Aquino: Você concordaria com a avaliação de que a discussão sobre as divisões disciplinares da nossa área, as ciências da linguagem, é também um tema bastante recorrente na sua pesquisa, e que vai ganhando cada vez mais centralidade, levando você a trabalhar hoje com o conceito de saberes linguísticos cotidianos? E aliás, “saberes linguísticos cotidianos” é um conceito operacional para você?

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: Concordo, sim. Mas é mais do que isso. É a questão do saber, de modo geral, e não

necessariamente do saber das ciências da linguagem. É algo que também tem a ver com a minha vida pessoal, antes de estudar na Unicamp. Meu pai, como disse antes, tinha uma relação muito conflituosa com a instituição escolar. Quando ele começou com a cantina no IFCH da Unicamp, ele gostava ainda mais de questionar a importância do que se fazia na universidade. *Por que o que se faz na universidade é considerado tão importante e o que se faz em outros lugares não é?* De certo modo, ele buscava um reconhecimento pelo saber que ele conseguiu tirar de uma vida de muito trabalho, desde cedo, sem condições de continuar a estudar. Talvez essa experiência de vida com o meu pai tenha contado muito mais do que eu possa imaginar.

De todo modo, quando entrei na universidade, queria saber do saber da universidade. Eu queria e sentia que precisava ter acesso a esse saber, queria conhecer coisas que não tivessem a menor importância para a vida que eu levava até então, coisas que pareciam inúteis, se pensarmos em termos de utilitarismo. Eu ficava fascinada ao me deparar com reflexões que, pelo menos aparentemente, pareciam existir simplesmente porque alguém resolveu querer fazê-las. Adorava a sensação de saber por saber!

Aos poucos, fui percebendo que o saber não era assim desprezível, mas que estava sempre sendo produzido a partir de determinadas condições materiais de existência do sujeito do conhecimento na história.

Depois, em minha tese, tive uma espécie de delírio epistemológico que me fez questionar o que era o saber: “... dizer que algo é *saber* já é produzir uma divisão. Dizer que *algo é saber* é, antes de mais nada, dizer que *algo não é*.” Isso tem tudo a ver com as pesquisas que eu vinha fazendo sobre as divisões disciplinares na história dos estudos da linguagem, mas

também tem tudo a ver com a minha experiência de vida com o meu pai, uma experiência na qual eu também começava a me autorizar a questionar o saber.

E não poderia deixar de lembrar da tese da Carolina Fedatto, dedicada a uma pesquisa na história das ideias linguísticas sobre um saber nas ruas. Um saber nas ruas!!! Isso era possível!!! O recorte dela me deixou muito impactada e inspirada para minhas futuras reflexões sobre o cotidiano na história das ideias linguísticas.

Quanto ao conceito de saberes linguísticos cotidianos, vejo como um conceito operacional, mas que talvez não seja tão simples de ser operacionalizado. Ou talvez seja... Digo isso porque orientei uma qualificação de área que resultou em um trabalho maravilhoso, da Janaína Sabino, que trabalhou muito bem com esse conceito, dando a ele um movimento interessante. Mas eu confesso que às vezes me pergunto de que modo esse conceito está sendo compreendido, até por mim mesma, e isso tem a ver com uma necessidade de não fechá-lo numa definição categórica. Em meus primeiros trabalhos, fiz questão de observar que não se pode pensar nos saberes linguísticos cotidianos sem considerar os saberes produzidos pelas gramáticas e pela linguística. Nesse sentido, não se pode operar uma oposição entre esses saberes, senão deixamos de compreender sua relação tensa e contraditória.

José Edicarlos de Aquino: É impossível não lembrar da distinção de Antoine Culioli, retomada por Sylvain Auroux, entre saber epilinguístico e saber metalinguístico quando lemos tua reflexão sobre saberes linguísticos cotidianos. Em que medida você se apoia e se afasta daquela modo de conceber e classificar o saber linguístico?

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: Acho essa distinção fundamental para a reflexão que Auroux propõe para a história dos saberes metalinguísticos que se tornaram gramáticas, dicionários e teorias linguísticas. A questão para mim é que, para trabalhar com essa distinção, eu precisava pensá-la teoricamente de outra maneira. Por exemplo, pela filiação à análise de discurso, a distinção entre o epilinguístico como um saber inconsciente e o metalinguístico como um saber consciente precisava ser repensada. Discursivamente, o que Auroux chama de saber consciente (metalinguístico), eu considero em termos de um efeito ideológico de consciência.

Ao mesmo tempo, meu interesse não era propriamente estudar como determinados saberes metalinguísticos se tornaram gramáticas, dicionários e teorias linguísticas, mas como esses saberes linguísticos produzem exclusões, e de que maneiras o que fica excluído pode acabar significando como um não saber ou retornar como uma questão a ser incluída, excluída novamente, ou domesticada.

Então, o que chamo de saberes linguísticos cotidianos tem a ver com esse processo de exclusão, mas que não cessa de significar. E são saberes que não residem apenas no epilinguístico, mas que transitam por entre o epilinguístico e o metalinguístico. E veja que Auroux sublinha a importância de considerar a relação entre o saber epilinguístico e o saber metalinguístico como um *continuum*. No meu caso, os saberes linguísticos cotidianos podem incluir esse *continuum* de uma maneira singular: pela possibilidade de efetuar um vai-e-vem, de transitar entre um saber e outro.

José Edicarlos de Aquino: Ainda sobre suas pesquisas sobre os saberes linguísticos cotidianos, você tem conversado bastante com obra de Michel de Certeau. Mais recentemente, na sua apresentação na Ichols (International Conference on the History of the Language Sciences), em Tbilíssi, na Geórgia, você recorreu à noção de Michel de Certeau de “economia escriturística” para pensar a relação entre oralidade e escrita. Você poderia nos explicar não apenas essa noção, e porque ela é importante para você, mas também a articulação que você vem estabelecendo entre Michel de Certeau e autores como Sylvain Auroux, Michel de Pêcheux e Eni Orlandi?

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: Quando Michel de Certeau fala sobre a *economia escriturística*, ele está considerando as mais diversas formas de registro: escrito, sonoro, visual... Pensando a história francesa, ele diz que, a partir dos séculos XVII e XVIII, a economia escriturística teve uma conquista triunfal sobre a oralidade, ou a “voz do povo”. Foi um momento em que o povo começou a poder falar, mas que precisou falar o francês nacional. Todas as outras línguas, dialetos e patois foram proibidos. No entanto, uma vez que o francês nacional se impôs, foi possível retornar a essas outras línguas a partir de seus registros já tornados peças de museu, folclorizados. Passando para a França das décadas de 1970 e 1980, ele observa que a oralidade é registrada de todas as maneiras e em toda a parte, que ela se infiltra nos registros (do francês nacional, por exemplo), ao mesmo tempo em que pode se tornar a imitação dos registros dela (re)produzidos, ou, em suas palavras n“a cópia de seu artefato.” Dito de outro modo, de um lado, a oralidade se infiltra na economia escriturística. Ao mesmo tempo, de tanto que foi registrada, a oralidade pode acabar se tornando a cópia do seu registro.

Acho essa reflexão do autor primorosa porque ela ilustra bem aspectos das relações de dominação e resistência em jogo no contato/convívio/confronto das línguas em nossa história. Venho buscando articular essa reflexão às de Sylvain Auroux sobre as revoluções tecnolinguísticas, às de Eni Orlandi e Tania Clemente de Souza sobre língua imaginária e língua fluida, e às de Michel Pêcheux sobre a (des-)construção das teorias linguísticas.

Um dos efeitos das revoluções tecnológicas da escrita e da gramatização, junto à economia escriturística é que muitas línguas são significadas como se fossem línguas menos importantes porque não têm uma escrita ou uma gramática. Quando têm, como é o caso, por exemplo, do dialeto caipira, que é um dialeto amplamente registrado, descrito, analisado e folclorizado, esses dialetos/línguas são significados como menos importantes (ainda que por inúmeros eufemismos terminológicos que a ciência linguística consegue formular) porque não são a língua nacional. Ou seja, a demanda pela instrumentação das línguas, que vem por uma memória ocidental, engendrou uma economia escriturística que faz parte de nós. É a partir dessa memória ocidental que falamos hoje.

Pensando a relação tensa e contraditória entre língua imaginária e língua fluida, podemos dizer que a língua flui porque a oralidade tem um importante papel nesse processo, e, ao mesmo tempo, não podemos deixar que considerar que a escrita também pode contribuir com a fluidez da língua de outros modos, no interior mesmo dos gestos próprios de elaboração textual. É só lembrarmos que qualquer um que escreve sabe que não sabe exatamente onde a escrita vai parar. E, se podemos dizer que a língua imaginária transforma a oralidade na cópia do seu artefato, a oralidade também pode se insinuar

no interior mesmo dessa língua imaginária. Isso está ligado ao fato de que as descrições linguísticas são necessariamente incompletas justamente porque sempre haverá alguém que, retomando as palavras de Eni Orlandi, “fala a mesma língua, mas fala diferente”.

Então, não é à toa que Sylvain Auroux precisa deixar em aberto a distinção entre o saber epilinguístico e o metalinguístico. De uma perspectiva discursiva, diria que isso está relacionado à impossibilidade da existência de uma metalinguagem que possa descrever a língua de uma vez por todas. A língua imaginária construída pelo saber metalinguístico sistematizado é um objeto ficção, um artefato, uma fabricação, uma redução. Mas, lembrando novamente Orlandi e Souza, nem por isso deixa de ter existência e funciona com seus efeitos no real.

Articulada a essas considerações estão as reflexões de Michel Pêcheux a respeito dos processos de (des-)construção das teorias linguísticas em seu atravessamento por uma divisão discursiva entre dois espaços: o das *significações estabilizadas* e o das *transformações de sentido*. No diálogo com esses autores, considero as teorias linguísticas não apenas relativamente à linguística em particular, mas aos diversos saberes linguísticos produzidos na história, de modo geral. Penso que a oralidade pode ser considerada como um dos elementos da língua fluida que atuam nos processos de *(des-)construção das teorias linguísticas*.

Ou seja, esse algo da língua que flui, que não se reduz, que não se fabrica, que não se circunscreve aos limites da instrumentação, que escapa à descrição, é importante para ser considerado quando nos voltamos sobre os efeitos da oralidade sobre a economia escriturística. Se os artefatos de escrita

colonizam a oralidade, a oralidade, enquanto elemento da língua fluida, também desestabiliza os artefatos de escrita.

Processos esses que se dão por meio de *artes do desvio* de que fala Michel de Certeau, produzidas pelo que chamo de *saberes linguísticos cotidianos* e suas *políticas linguísticas ordinárias*, que não deixam intactos os domínios mais legitimados e autorizados pelas instituições do saber.

José Edicarlos de Aquino: Para encerrar, você poderia fazer um panorama e falar um pouco sobre os projetos de pesquisa que anda desenvolvendo?

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: Atualmente, coordeno o projeto/grupo de pesquisa CoLHIBri juntamente com Juciele Dias. O CoLHIBri se dedica a estudar a questão do cotidiano na história das ideias linguísticas, e conta com uma equipe de pesquisadores da Unicamp, de outras instituições do Brasil e também da Argentina. A questão do cotidiano vem sendo pensada em relação ao funcionamento de discursividades que atravessam várias formas saber sobre a língua e as línguas na história. Isso inclui refletir sobre os modos de constituição, formulação, circulação, nomeação e significação desses saberes, seus processos de institucionalização, divisão de sentidos, domesticação e resistência.

Uma das primeiras linhas de reflexão, que ainda pode ser bem mais explorada, é o estudo do cotidiano enquanto uma noção, ligada a outras, como ordinário e comum, por exemplo. Essa discussão está presente no meu texto “O cotidiano na história das ideias linguísticas”. Outra linha de reflexão diz respeito ao que venho chamando de *saberes linguísticos cotidianos* e de *políticas*

linguísticas ordinárias. Trabalho com essas noções em vários textos, além do “Saberes linguísticos cotidianos”. Um deles é o artigo “Said Ali e *a gente* na história da língua e da gramatização brasileira”, que escrevi junto com o Michel Marques de Faria. Nesse artigo, pudemos analisar como a pronominalização do *a gente* comparece como uma questão elaborada e reelaborada em produções de Said Ali. Pudemos mostrar de que maneiras sujeito e língua vão sendo significados/divididos quando o autor reflete sobre o *a gente*, e como ele lida com o problema da indeterminação e da determinação desse pronome ao longo de seus textos. Nesse trabalho, também refletimos sobre as condições históricas específicas do funcionamento pronominal do *a gente* no Brasil articuladas à produção de um saber sobre esse funcionamento. E pudemos ainda compreender a pronominalização do *a gente* na história brasileira como uma política linguística ordinária, tomada enquanto efeito da relação contraditória entre dominação e resistência que preside os processos de colonização e descolonização pelos quais passamos.

Outra linha de reflexão, mais recente, é a da questão da construção cotidiana do saber. Em algumas produções dessa linha de reflexão venho dando bastante espaço para uma escrita que faz um batimento entre narração de histórias e compreensão científica, como é o caso do artigo “A construção cotidiana do saber” e do ensaio “Conversas em Tocantins”.

Enfim, pelo CoLHIBri, temos feito atividades que vêm trazendo uma contribuição para as pesquisas em história das ideias linguísticas, ao lado de muitas e diferentes iniciativas de projetos que estão sendo produzidas vários por pesquisadores da área.

José Edicarlos de Aquino: Muito obrigado, Ana!

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: Muito obrigada, Edi, pela elaboração da entrevista! Adorei as perguntas! Com tanta gente grande por aí, produzindo tantos trabalhos maravilhosos, ainda me acho muito criança para ser entrevistada! Mas foi uma delícia! Ainda mais porque temos acompanhado o trabalho um do outro ao longo dos anos, então, a oportunidade de realizarmos esse novo trabalho juntos me deixou muito comovida e realizada. E, claro, queria deixar aqui o meu enorme agradecimento à Verli pelo lindo convite para esta entrevista (e também pelo prazo generoso para que pudéssemos terminá-la!!!). Foi uma honra muito grande realizar esse trabalho ao lado de vocês, ele é mais uma forma de estar nessa história-aventura com vocês.

Recebido em: 02/11/2024 / Aceito em: 04/11/2024